



Relatório INSP-2019-0057

BI-2019-0023

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 15/05/2019

Hora: 10h00

Tipo: Ação direta

Motivo da inspeção: Seguimento

Inspetor responsável: Paulo M. Pires

Outros inspetores da IRA: João PRFB. Silva

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, e teve como objetivo verificar o cumprimento da notificação para regularização de infrações remetida através do ofício SAID-IRA/2019/7, de 25-01-2019.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Jorge Filipe Braga Chaves

NIPC/NIF:

Sede/morada:

Código Postal:

Freguesia: Santo Espírito

Concelho: Vila do Porto

Ilha: Ilha de Santa Maria

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Terreno no caminho da Boavista

Endereço: Caminho da Boavista

Código Postal:

Freguesia: Santo Espírito

Concelho: Vila do Porto

Ilha: Ilha de Santa Maria

Atividade principal:

Outras atividades:

Período de funcionamento:

Licenciamento da atividade:

Coordenadas: 26S 674251 m E; 4091252 m N



Figura 1.1: Local inspecionado (adaptado de Google Earth).

2 – Situação observada

Numa inspeção realizada em agosto de 2016 ao terreno acima mencionado foram detetados, naquele local, diversos resíduos, sobretudo veículos em fim de vida (VfV), conforme consta do relatório INSP-SMA/2016/138, inserido na primeira etapa da distribuição SGC0165/2017/198, tendo sido identificado como responsável pelos mesmos o Sr. Jorge Filipe Braga Chaves.

Na sequência daquela inspeção o responsável foi notificado, através do ofício SAID-IRA/2016/580, de 06-10-2016, para proceder à remoção dos resíduos do terreno e entrega dos mesmos num operador de gestão de resíduos licenciado.

O controlo do cumprimento da notificação foi efetuado em maio de 2017 por um Vigilante da Natureza do Serviço de Ambiente de Santa Maria, o qual reportou, na etapa 4 da distribuição SGC0165/2017/198, que o detentor dos resíduos tinha procedido ao encaminhamento de alguns resíduos para operador licenciado, mantendo-se ainda no local vários veículos que estariam para ser encaminhados.

Em dezembro de 2018 o mesmo Vigilante da Natureza efetuou nova visita ao local, conforme relatado na etapa 14 da mesma distribuição, tendo verificado que tinham sido removidos os resíduos identificados na visita anterior, com exceção de duas viaturas, e que tinham sido ali depositados novos resíduos (mais duas viaturas e diversas partes de veículos). Na sequência desta constatação foi emitida uma nova notificação pela IRA, através do ofício



SAID-IRA/2019/7, de 25-01-2019, para que o responsável encaminhasse os resíduos depositados naquele terreno para um operador de gestão de resíduos licenciado, no prazo de 30 dias úteis.

Na presente inspeção, que teve como objetivo verificar o cumprimento da notificação SAID-IRA/2019/7, de 25-01-2019, apurou-se o seguinte:

- a) Mantinham-se no local todos os veículos identificados na notificação SAID-IRA/2019/7, designadamente: carroçaria de carrinha azul, sem matrícula, sem vidros e sem motor; Ford Mondeo branco, com a matrícula 29-19-CH (afixada na traseira), com vários elementos em falta (para-choques, luminárias, algumas chapas da carroçaria); Suzuki Samurai verde, com a matrícula 75-95-IQ, com o para-brisas partido; BMW branco, com a matrícula QO-73-75.
- b) Existiam também no local diversos componentes de veículos, designadamente tubos de escape, portas, para-choques, pneus e jantes;
- c) Encontrava-se também no terreno resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, designadamente uma máquina de lavar roupa.

Tal situação configura o incumprimento por parte do produtor ou detentor dos resíduos da obrigação de proceder à gestão dos mesmos nos termos n.º 5 do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, designadamente através do encaminhamento dos mesmos para um operador de gestão de resíduos licenciado para o efeito.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) O incumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos, em violação do disposto no artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação grave, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, punível com coima de € 2000 a €20 000, em caso de negligência e de €4000 a €40 000 em caso de dolo, se praticada por pessoa singular, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto.

4 – Indicações e medidas adotadas

Foi levantado auto de notícia pela infração mencionada no ponto anterior.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Ponta Delgada, 3 de junho de 2019

O Inspetor Superior Principal

(Paulo Martinho Pires)